

Trânsito na Pituba deve ser normalizado hoje

YURI ABREU
REPÓRTER

Após dias de transtorno para motoristas que transitam pela região da Avenida Paulo VI, no bairro da Pituba, em Salvador, a circulação de veículos deve voltar a normalidade neste sábado (13). Desde o início da semana, obras em uma cratera que se formou na faixa exclusiva de ônibus, no sentido orla, fizeram com que três das quatro faixas da via tivessem que ser interditadas, causando problemas por quem passava pelo local.

De acordo com a Secretaria municipal de Manutenção (Seman), a cratera – que chegou a ter cinco metros de profundidade – se formou devido a um problema na drenagem do local e agentes da Prefeitura foram deslocados para a realização do conserto. Ontem (12), a recuperação da rede já havia sido efetuada. Na parte da tarde, foi feito o reaterro para, posteriormente, ser executada a recuperação



Foto: Divulgação Transalvador

da malha viária com a aplicação do asfalto, ainda nesta sexta-feira.

Por conta dos trabalhos, a Superintendência de Trânsito do Salvador (Transalvador), realizou modificações no fluxo de veículos, principalmente para os ônibus que circulam na faixa exclusiva, no sentido orla. Os coletivos tiveram de entrar na Rua das Camélias, virando à esquerda na Rua das Rosas e, em seguida, para a Rua dos Maçons para chegar à Avenida Magalhães Neto.

Por outro lado, duas das três faixas, no sentido Shopping da Bahia, foram liberadas para o trânsito de carros pequenos. Agentes da própria Transalvador e da Secretaria municipal de Mobilidade (Semob) estiveram no local para orientar condutores, passageiros e pedestres.

MUDANÇAS
Cratera alterou trânsito no local

PREVENÇÃO

Bom Juá recebe contenção de encosta

O medo, a insegurança e as imagens dos constantes deslizamentos em época de chuva já fazem parte do passado para os moradores da Rua Bom Juá, no Bom Juá, após a contenção da encosta feita pela Prefeitura. A entrega da intervenção foi feita pelo prefeito ACM Neto e pelo vice e secretário de Obras Públicas (Seinfra), Bruno Reis, nesta sexta-feira (12). Na ocasião, também foi assinada a ordem de serviço para requalificação da escadaria e instalação de corrimão na localidade, dando mais acessibilidade

e segurança para quem vive no topo da encosta.

"Foi uma espera de quase 30 anos da comunidade. Sabemos o quanto o efeito das chuvas causam tensão e angústia aos moradores. Essa região, no passado, já houve vítimas fatais. Por aqui, foram quase 30 milhões na contenção das principais encostas e essa é uma das maiores que a Prefeitura está entregando hoje", pontuou ACM Neto.

A estrutura possui 6.630 metros quadrados de área e beneficiará diretamente cerca de 500 famílias que possuem

casas próximas ao local, como é o caso do balconista Paulo César Menezes, de 54 anos, que possui um sobrado ao lado da encosta.

"A situação antes era bastante feia. Em época de chuva a gente não dormia, ficava acordado para chamar os vizinhos e sair correndo. Para o que era antes, quando todo o dia ficávamos com medo, agora a gente dorme tranquilo. Só tenho a agradecer por essa ação", relatou aliviado.

A contenção da encosta também beneficia aos demais moradores de

Bom Juá, como pontuou a dona de casa Eliene Cruz, de 48 anos.

"A obra da encosta é maravilhosa! Pense nas pessoas que moravam ali em cima e que agora podem dormir tranquilas. Até pra gente mesmo, na hora de passar aqui, antes chegava doer as vistas, parecia que aquele barro ia descer todo. Em outras vezes, caiu barro e interrompeu a passagem de todo mundo. A Prefeitura está de parabéns, porque está realmente fazendo coisas aqui na comunidade", disse.

Foto: Max Haack



REQUALIFICAÇÃO
Entrega foi feita pelo prefeito ACM Neto

REUNIÃO

Governo e Prefeitura querem avançar em políticas sociais

Focado no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), Carlos Martins, esteve com a nova secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza de Salvador, Ana Paula Matos, e com o ex-secretário Léio Prates. O encontro ocorreu na manhã de hoje (12), na SJDHDS.

Na reunião, foram discutidas questões como cofinanciamento da assistência social, fundamental para o desenvolvimento e expansão da rede de atendimento. "O cofinanciamento garante uma ação planejada pelo poder público. É uma forma de assegurar prioritariamente o financiamento e execução das políticas sociais", explicou Carlos Martins.

Diante das negociações entre os dois órgãos, a população mais vulnerável de Salvador terá a ampliação das ações de assistência social, iniciativas que, por exemplo, envolvem políticas públicas voltadas para crianças, jovens e adolescentes,

mulheres, idosos, pessoas em situação de rua e população LGBT.

Na defesa de um diálogo permanente, Carlos Martins reforçou o interesse da SJDHDS em continuar a parceria com o município. "Somos um órgão estadual responsável por políticas públicas sociais destinadas aos 417 municípios do Estado. Em Salvador, temos uma população de 320 mil famílias que precisam de proteção social, atenção, respeito e cidadania. O nosso esforço é para atender essa necessidade, garantir os direitos humanos e a cidadania de cada uma delas", afirmou o secretário.

Para Ana Paula, a reunião foi de extrema importância para a cidade.

"Estou saindo bastante otimista e com esperança de trazer mais avanços para a Assistência Social. Sem dúvida, com essa parceria Prefeitura e Estado, vamos conseguir um saldo bastante positivo", afirmou ela. No encontro, também foram tratadas questões sobre residência inclusiva, Casa Abrigo Mulher, Aluguel Social e Políticas Públicas LGBT.

PRESERVAÇÃO

MPF requer demolição de barraca de praia irregular em Porto Seguro

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil para que o empresário Eglius Felipe Bastos remova a Cabana Kebra Mar da Praia de Mucugê em Arraial D'Ajuda – Porto Seguro (BA). A ação busca, ainda, responsabilizar a União e o Município de Porto Seguro pela omissão no dever de proteger o meio ambiente, especialmente áreas não edificáveis, terras de marinha,

faixa de praia e restinga.

Segundo a ação, assinada em 17 de junho pelo procurador da República Edson Abdon Peixoto Filho, a área ocupada pelo empreendimento é considerada terreno de marinha e, portanto, bem da União, além de ser tombada como patrimônio cultural, por integrar o município de Porto Seguro. O empreendimento, porém, não possui autorização nem

da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e nem do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O MPF destaca que a construção da Cabana Kebra Mar nem sequer poderia ter sido autorizada, pois a União não pode permitir a ocupação particular de áreas de preservação permanente, de uso comum do povo, de segurança nacional,

de preservação ambiental e das necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

De acordo com o procurador, houve omissão da União e do Município e Porto Seguro no dever de fiscalizar o local para impedir a construção do empreendimento e evitar os prejuízos causados. Para que não sejam empreendidas novas construções no local, gerando mais danos ambientais e

visuais, o MPF requer não só a imediata demolição da estrutura como a retirada dos equipamentos existentes (incluindo espreguiçadeiras, cadeiras, mesas etc) e a recuperação da área degradada.

INDENIZAÇÕES

O MPF requer que o empresário Eglius Felipe Bastos pague à União e Indenização pelo uso indevido e

abusivo de bem de seu domínio e por danos extrapatrimoniais coletivos em valor não inferior a R\$ 50 mil reais, pela degradação ao meio ambiente. O órgão requer, ainda, a condenação do Município de Porto Seguro e da União ao pagamento de indenização – em valor a ser definido pela Justiça – pelo dano ambiental causado em consequência da sua omissão no dever de fiscalizar.